



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

SECRETARIA DO PLENO
Certifico e dou fé que a presente decisão
foi publicada no Boletim Oficial do TCE-TO
nº 44 de 02/03/11, fls. 4/15 com
data de circulação em 02/03/11.

WP 238635
Assinatura / matrícula

RESOLUÇÃO Nº 099 /2011 – TCE/TO – 2ª Câmara

1. Processo nº: 04820/2010
2. Classe de Assunto: VI – Concurso Público – 2ª Câmara
3. Responsáveis: Delma da Fonseca Milhomem e Tânia Cardoso da Costa
4. Entidade: Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Bom Jesus
5. Relator: Conselheiro Napoleão de Souza Luz Sobrinho
6. Representante do MP: Procurador de Contas José Roberto Torres Gomes
7. Advogado: Não atuou

Ementa: Concurso Público. Legalidade. Determinação para envio dos respectivos Atos de Admissão, com a documentação atinente, para fins de registro junto ao setor competente. Intimação pessoal do representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, que atuou nos presentes autos. Publicação. Remessa à origem.

8. Resolução:

VISTOS, discutidos e relatados estes autos de nº 04820/2010, que versam sobre a realização de Concurso Público para provimento de vagas do quadro de pessoal do Poder Executivo do Município de Ponte Alta do Bom Jesus, nos termos do Edital nº 001/2010, de 14 de maio de 2010, e

Considerando que a Constituição Estadual deferiu ao Tribunal de Contas do Estado (art. 33, III e XII) atribuições no que diz respeito ao controle dos recursos humanos, conferindo o poder-dever de apreciar a legalidade dos concursos, para posterior registro dos atos de admissão de pessoal;

Considerando o Parecer Técnico nº 1380/2010, fls. 316 da Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal;

Considerando os Pareceres nºs 3203/2010 e 48/2011, fls. 317/320 do Corpo Especial de Auditores e do Ministério Público junto a este Tribunal, respectivamente;

Considerando, ainda o mais que dos autos consta;

RESOLVEM por unanimidade de votos os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, III e 109, I da Lei nº 1.284/2001 c/c arts. 111 e 295, XI do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, em:

8.1. considerar legal o Concurso Público para provimento de vagas do quadro de pessoal do Poder Executivo do Município de Ponte Alta do Bom Jesus - TO, decorrente do Edital nº 001/2010, sem prejuízo do reexame da matéria à vista de novos elementos que porventura venham a ser trazidos à apreciação por esta Corte de Contas;

8.2. determinar a publicação desta decisão no Boletim Oficial do Tribunal, para que surta os efeitos legais necessários;

[Handwritten signature] 5



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

Processo nº: 04820/2010
Classe de Assunto: VI – Concurso Público – 2ª Câmara
Responsáveis: Delma da Fonseca Milhomem - Prefeita
Entidade: Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Bom Jesus
Relator: Conselheiro Napoleão de Souza Luz Sobrinho
Representante do MP: Procurador de Contas José Roberto Torres Gomes
Advogado: Não atuou

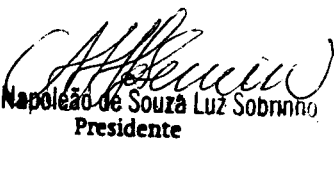
8.4. dar ciência desta decisão, bem como do Relatório e Voto que fundamentam à Prefeita do Município de Ponte Alta do Bom Jesus - TO;

8.5. determinar à Prefeita do Município de Ponte Alta do Bom Jesus – TO, que encaminhe a este Tribunal de Contas os respectivos Atos de Admissão, com a documentação atinente, para fins de registro junto ao setor competente, em respeito à legalidade e demais princípios inerentes à Administração Pública, consoante artigo 1º, III, da Lei Estadual nº 1.284/2001;

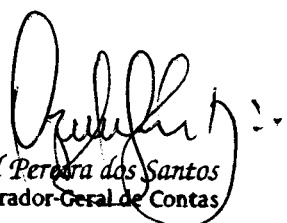
8.6. determine o encaminhamento destes autos à Diretoria de Análise e Registro de Atos de Pessoal para as anotações pertinentes, visando subsidiar o posterior registro dos Atos de Admissão, devendo o mesmo aí permanecer até o vencimento do prazo do certame ou até se efetivar a admissão de todos os classificados, conforme estabelece o art. 109, inciso I da Lei 1.284/2001 e o art. 111 do Regimento Interno deste Tribunal, respectivamente;

8.7. após as formalidades legais remeter os presentes autos à Coordenadoria de Protocolo-Geral para encaminhamento à origem.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS, Sala das Sessões da Segunda Câmara, em Palmas, Capital do Estado, aos 1º dias do mês de março de 2011.


Cons. Napoleão de Souza Luz Sobrinho
Presidente

Relator


Oziel Pereira dos Santos
Procurador-Geral de Contas



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

Processo n°: 04820/2010
Classe de Assunto: VI – Concurso Público – 2ª Câmara
Responsáveis: Delma da Fonseca Milhomem - Prefeita
Entidade: Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Bom Jesus
Relator: Conselheiro Napoleão de Souza Luz Sobrinho
Representante do MP: Procurador de Contas José Roberto Torres Gomes
Advogado: Não atuou

RELATÓRIO Nº 030/2011

Versam os presentes autos sobre a realização de Concurso Público para provimento de vagas do quadro de pessoal do Poder Executivo do Município de Ponte Alta do Bom Jesus, nos termos do Edital nº 001/2010, de 14 de maio de 2010.

O processo foi convertido em diligência por meio dos Despachos nºs 552/2010 e 724/2010, fls. 191/192 e 236, respectivamente, tendo sido juntado os documentos de fls. 195/224 e 241/314.

A Coordenadoria de Fiscalização e Registro de Atos de Pessoal manifestou-se conclusivamente por meio do Parecer Técnico nº 1380/2010, fls. 316: **“Observamos que os procedimentos inerentes ao Edital encontram-se dentro dos padrões normais de regularidade, dessa forma, entendemos pela legalidade do Concurso Público referente a Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Bom Jesus.”**(grifei)

O Corpo Especial de Auditores por meio do Parecer de Auditoria nº 3203/2010, fls. 317/318, manifestou conclusivamente em síntese que: **“Pelo exposto e, tendo em vista a necessária celeridade dos autos, este membro do Corpo Especial de Auditores REITERA os termos do Parecer de Auditoria nº 1905/2010 (fls. 229/232), o qual se manifestou pela legalidade do feito, com vistas à adoção dos procedimentos complementares contidos no art. 8º da Instrução Normativa nº 002/2006 deste TCE.”**. (grifei)

O Ministério Público junto a esta Corte de Contas manifestou-se conclusivamente por meio do Parecer nº 48/2011, fls. 319/320, da seguinte forma: **“Ante o exposto, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, com fulcro no artigo 148, inciso I, da Lei nº 1.284/2001, ratifica in totum o entendimento exarado no Parecer nº 709/2010, fls. 233/235, considerando legal o Edital de Concurso Público nº 001/2010, da Prefeitura de Ponte Alta do Bom Jesus.”** (original sem destaque)

É o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

VOTO

A Constituição Federal em seu inciso II do art. 37 estabelece que:

“Art. 37. (...)
(...)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração”.

O artigo 33, inciso III da Constituição Estadual dispõe que compete ao Tribunal de Contas:

“apreciar, para fins de registro, a legalidade dos autos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório”.

Desta forma, o Tribunal de Contas na sua incumbência constitucional e legal de apreciação da legalidade dos atos de admissão de pessoal editou a Instrução Normativa TCE-TO nº 02/2006 que dispõe em seu artigo 5º¹ quais os documentos que devem ser enviados pelo responsável juntamente com o Edital do concurso.

Como não ficou estabelecido formas ou procedimentos para os concursos públicos, a norma geral que os rege, impõe regras que se inscreverão no edital, cuja finalidade é o resguardo e a segurança dos princípios constitucionais, onde se inclui o da igualdade entre os concorrentes, ampla acessibilidade e julgamento objetivo das provas dos candidatos.

Hely Lopes Meirelles² assevera que:

¹ Art. 5º - O Edital de abertura de concurso para admissão de pessoal será remetido ao Tribunal de Contas e atuado, por cópia autenticada, dentro de 5 (cinco) dias, contados de sua publicação, acompanhado dos seguintes documentos:

- I - ofício da autoridade competente, dirigido ao Presidente do Tribunal de Contas;
- II - justificativa para abertura do concurso público e autorização do Chefe do Poder competente;
- III - pronunciamento do órgão de controle interno dos Poderes do Estado e dos Municípios, da administração direta ou indireta, incluindo as fundações instituídas e mantidas pelo poder público estadual ou municipal, sobre a existência de recursos orçamentários, em cumprimento às disposições contidas no art. 85, § 1º da Constituição Estadual e os limites estabelecidos na Lei Complementar 101, art. 20, III;
- IV - ato designando a comissão examinadora/julgadora e respectiva publicação;
- V - atos relativos à contratação de instituição especializada, se houver.
- VI - demonstrativo do número de vagas existentes, acompanhado de cópias das leis de criação/alteração de Quadro de Pessoal, que fundamente a disponibilidade de vagas oferecidas;
- VII - comprovante de publicação do edital em veículo oficial de divulgação;
- VIII - aditivos ao edital, com o devido comprovante de publicidade, quando houver;

² Direito Administrativo Brasileiro, Editora Malheiros, 28ª edição, página 412/414



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

“A Administração é livre para estabelecer as bases do concurso e os critérios de julgamento, desde que o faça com igualdade para todos os candidatos, tendo, ainda, o poder de, a todo tempo, alterar as condições e requisitos de admissão dos concorrentes, para melhor atendimento do interesse público. Não obstante, é ilegal a exclusão ou reprovação com base em critério subjetivo, como a realização de exame psicotécnico sem critérios objetivos ou a avaliação sigilosa de conduta do candidato, sem motivação.

(...) O concurso é o meio técnico posto à disposição da Administração Pública para obter-se moralidade, eficiência e aperfeiçoamento do serviço público e, ao mesmo tempo, propiciar igual oportunidade a todos os interessados que atendam aos requisitos da lei, fixados de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, consoante determina o art. 37, II, da CF.

(...) A investidura do servidor no cargo ocorre com a posse. A posse é a *conditio juris* da função pública. Por ela se conferem ao servidor ou ao agente político as prerrogativas, os direitos e os deveres do cargo ou do mandato”.

Em cumprimento a diligência, foi alterado por meio do Edital nº 004/2010 o item 4.9 do Edital nº 001/2010 (fls. 196/198).

O Concurso prevê o preenchimento de vagas para os cargos especificados às fls. 05/06.

A Lei nº 109/2009 que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Salários e estabelece em seus anexos a quantidade de vagas para os cargos disponíveis no Edital (fls. 50/113).

Em face do exposto e escudado nos Pareceres do Corpo Especial de Auditores e do Ministério Público junto a este Tribunal, **VOTO** no sentido de que este Tribunal acate as providências abaixo mencionadas adotando a decisão sob a forma de Resolução, que ora submeto a esta Segunda Câmara:

a) considere legal o Concurso Público para provimento de vagas do quadro de pessoal do Poder Executivo do Município de Ponte Alta do Bom Jesus - TO, decorrente do Edital nº 001/2010, sem prejuízo do reexame da matéria à vista de novos elementos que porventura venham a ser trazidos à apreciação por esta Corte de Contas;

b) determine a publicação da decisão no Boletim Oficial do Tribunal, para que surta os efeitos legais necessários;

c) dê ciência da decisão, bem como do Relatório e Voto que fundamentam à Prefeita do Município de Ponte Alta do Bom Jesus-TO;

d) determine à Prefeita do Município de Ponte Alta do Bom Jesus – TO, que encaminhe a este Tribunal de Contas os respectivos Atos de Admissão, com a documentação atinente, para fins de registro junto ao setor competente, em respeito à legalidade e demais princípios inerentes à Administração Pública, consoante artigo 1º, III, da Lei Estadual nº 1.284/2001;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

e) determine o encaminhamento destes autos à Diretoria de Análise e Registro de Atos de Pessoal para as anotações pertinentes, visando subsidiar o posterior registro dos Atos de Admissão, devendo o mesmo aí permanecer até o vencimento do prazo do certame ou até se efetivar a admissão de todos os classificados, conforme estabelece o art. 109, inciso I da Lei 1.284/2001 e o art. 111 do Regimento Interno deste Tribunal, respectivamente;

f) após as formalidades legais remeter os presentes autos à Coordenadoria de Protocolo-Geral para encaminhamento à origem.

SALA DAS SESSÕES, em Palmas, Capital do Estado do Tocantins, aos 1^o dias do mês de março de 2011.


Conselheiro Napoleão de Souza Luz Sobrinho
Relator